



AECBP

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA
COVILHÃ, BELMONTE E PENAMACOR

2018

Relatório & Contas



ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente	P 3
2. Atividades da Instituição	P 4
3. Recursos Humanos	P 5
4. Serviços de Apoio ao Associado	P 6
5. Candidaturas aprovadas em execução	P 7
6. Pedidos de Reembolsos / adiantamentos efetuados	P 8
7. Projetos de apoio a empresas	P 9
8. Projetos de comunicação	P 9
9. Projetos de formação	P 13
10. Parcerias	P 15
11. Programa de benefícios ao Associado	P 15
12. Outros	P 16
13. Contas de Gerência 2018	P 19

1. Mensagem do Presidente da Direção



**HENRIQUE
GIGANTE**

Presidente da Direção
da Associação
Empresarial da Covilhã,
Belmonte e Penamacor

Abriu-se uma nova era para a histórica Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, com um novo elenco diretivo, desde novembro de 2018, e que, lado a lado com as empresas associadas, pretende rumar a um futuro de transformação do panorama do tecido empresarial do território de intervenção desta instituição. É crucial que a AECBP cumpra e honre, cada vez mais, o desempenho dos seus deveres na prossecução do enriquecimento e competitividade da economia local e regional do território envolvido.

Estou ciente de que não será uma tarefa fácil, dada a situação económica e financeira da instituição, mas acredito que, com esta nova equipa empenhada e ambiciosa, colocaremos a AECBP no mapa da empresarialidade regional, em primeiro lugar, e, paulatinamente, pronta para alcançar um patamar de reconhecimento nacional. É com grande convicção que afirmo que, depois de um período difícil na história recente da Associação, o projeto que assumo será o de traçar um caminho de estabilidade.

As associações empresariais deparam-se, cada vez mais, com a necessidade de desenvolvimento de um trabalho de adaptação e de busca de estratégias criativas na captação das receitas necessárias ao seu bom funcionamento. O resultado do exercício desta instituição será melhorado com a impressão de dinâmicas inovadoras e criativas nas nossas atividades, o que resultará numa receção positiva de receitas.

A missão desta equipa passará também por dar novos passos, por trilhar caminhos mais adaptados às novas realidades, através da aposta numa mudança de paradigma no estabelecimento de relações mais próximas e informais com a rede de associados da Associação Empresarial e destes com as instâncias de decisão locais, regionais e nacionais. Para o efeito, colocámos já em curso o programa de proximidade aos sócios, delineado no nosso projeto eleitoral para a AECBP. Ir ao encontro e estar ao lado dos nossos associados, ouvir, refletir e agir são ações que nos irão acompanhar até ao final deste mandato.

Nos últimos meses de 2018, desenvolveu-se um trabalho de apuramento real de valor patrimonial e dos seus bens, com o objetivo da direção conseguir fazer uma gestão mais correta e ter um planeamento financeiro de médio-longo prazo para a implementação do seu projeto.

Ao longo deste trabalho e ao deparar-se com a situação de insolvência e perda total do valor de mercado da entidade totalmente detida pela AECBP, que se verifica desde 2016, a direção reconheceu nas contas do exercício de 2018 as respetivas perdas por imparidades, quer na rubrica de investimentos financeiros, quer sobre as dívidas que tinha a receber daquela entidade. Assim nesta operação de reconhecimento da perda por imparidade fica evidenciada a perda efetiva do valor real da CESPRESA e que ascendeu a mais de 77 mil euros.

Acreditamos poder retomar o caminho certo e almejado para uma associação forte e valorizada através da implementação de uma estratégia de abertura da AECBP à sociedade, aos agentes da região e às instituições locais, regionais e nacionais. Só com esta abertura ao que de novo se passa no mundo empresarial conseguiremos aumentar a qualidade da prestação de serviços aos associados e, desta forma, sermos reconhecidos por um trabalho válido e inovador, que, esperamos, se traduzirá no incremento do número de novos sócios e num aumento de proveitos no final de cada ano.

2. Atividades da Instituição

A atividade da AECBP desenvolve-se principalmente para prestar todo o tipo de apoio aos associados. Este apoio assenta em diversos pilares como por exemplo: administrativo, técnico, fiscal, formativo, contabilístico e médico.

Tendo em conta as competências estatutárias estabelecidas nos Estatutos da AECBP, a Associação define as estratégias adequadas e supervisiona com dedicação e zelo as atividades e iniciativas realizadas pelos gabinetes da AECBP e representa ainda a instituição nos mais variados atos e manifestações públicas. A Instituição tem como principal função estabelecer o primeiro contacto com o associado o qual tem como princípio de trabalho o atendimento personalizado e o encaminhamento dos vários assuntos para os diversos gabinetes da AECBP.

A AECBP procura também dar resposta às necessidades específicas de formação da região, designadamente no ajustamento entre a procura e a oferta de técnicos especializados, promover a adaptação e reciclagem dos ativos e contribuindo assim para a modernização e progresso da atividade económica.

Para além de prestar apoio técnico referente aos diferentes setores das empresas a nível de aconselhamento técnico e fornecimento de informação, a AECBP faz ainda o acompanhamento dos projetos candidatos aos diversos sistemas de incentivos rececionados nesta Instituição. A AECBP é ainda responsável pelo bom desempenho e execução física e financeira dos projetos a que se candidata.

Em termos de Relações Públicas, a AECBP desenvolve tarefas relacionadas com a sua imagem e comunicação junto de Associados, entidades e demais públicos. Como base de trabalho privilegia o estreitamento de contactos com associados, empresas da região, entidades locais, regionais e nacionais, assumindo o papel de interface, utilizando para o efeito diferentes estratégias de marketing, comunicação e relações públicas.

O CRC (Centro de Recursos em Conhecimento) da AECBP de divulgação e organização apoia não só os formadores como trabalhos de investigação elaborados por professores e alunos da Universidade da Beira Interior. A AECBP, através do seu CRC (Centro de Recursos em Conhecimento), tem pontuado a sua atuação, pela aquisição de recursos indispensáveis a uma sólida e cabal base de instrumentos, capazes de responder às necessidades sentidas pela Associação, no âmbito da formação. Assim, conta com um acervo bibliográfico com cerca de 3.000 exemplares entre manuais técnicos e gerais, cassetes de vídeo, DVD's, CD-ROM com o mais diverso software, abarcam as mais diversas áreas de formação.

A AECBP tem por objetivo complementar levar os seus associados a aderir às novas tecnologias e à sociedade de informação. Os associados têm a oportunidade de se familiarizar com as potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação digital. Porque hoje o acesso rápido à informação é primordial e vital para a sobrevivência de todo o negócio e a adesão às tecnologias de informação é fundamental para qualquer organização, a instituição disponibiliza estruturas de suporte de informação online, onde os associados podem consultar a Internet, elaborar todo o tipo de trabalhos informáticos, enviar e-mails, recolher informação sobre mercados, perspectivas de investimento, programas de apoio e explorar oportunidades em áreas de negócio.

O Gabinete Jurídico (GJ) da AECBP presta informações, esclarecimentos e serviços do foro do direito, fiscal, comercial, contratos de trabalho, administrativo e outras questões jurídicas aos Associados, órgãos sociais da Associação e departamentos/gabinetes técnico-administrativos.

O Gabinete de Saúde, Higiene e Segurança (GSHS) da AECBP tem a vertente da medicina curativa. Desta forma, no âmbito da medicina curativa e protocolo estabelecido com a Administração Regional de Saúde foram realizadas consultas médicas e prescritos exames médicos e meios complementares de diagnóstico.

3. Recursos Humanos

A. Estrutura de recursos humanos a 31 de dezembro de 2018

Internos:

- 1 Técnica Superior de Gestão
- 1 Administrativa

Externos:

- 1 Técnico Oficial de Contas
- 1 Médico de Medicina Geral
- 1 Solicitador

B. Alterações na equipa em 2018

A colaboradora Salete Diogo, com as funções de Técnica Superior de Ciências da Comunicação, rescindiu contrato em Junho de 2018.

C. Processos Judiciais

Ao longo do ano 2018 registaram-se os seguintes processos judiciais:

Processos em curso:

Autor do Processo	Gisela Ribas
Argumento	Férias e Sub. de Férias não gozados e atualizações salariais e de diuturnidades reportadas ao período 2004-2016
Data Instauração	17-04-2018
Valor Solicitado	8.886,32 €
Outros Custos	Custas / Tx Justiça 306,00 €
	Apoio Jurídico 922,50 €

4. Serviços de Apoio ao Associado

- Informação sobre Constituição de Empresas
- Informação sobre legislação geral
- Livro de reclamações, venda e respetiva autenticação
- Acompanhamento Medicina Geral, marcação de consultas e organização de processos individuais
- Apoio Jurídico, marcação de consultas e encaminhamentos dos associados
- Tratamento de correspondência, receção, registo na base de dados e respetivo arquivo
- Tratamento da Base de dados de associados, atualização
- Cobrança, recebimentos
- Expedição de correspondência, maillings, newsletters
- Front-Office
- Atendimento telefónico e encaminhamento de chamadas para os diversos gabinetes da AECBP
- Apoio aos diversos gabinetes da AECBP
- Serviço de reprografia
- Serviço de emissão de quotização via CTT
- Serviço emissão recibos/cobrança interna
- Acompanhamento na organização de eventos, seminários e feiras

Movimento	Associativo
Inscrições processadas durante o ano de 2018	16
Processos cancelados durante o ano de 2018	67
Nº Associados em 31 de Dezembro de 2018	315

No ano 2018, foram realizadas consultas médicas presenciais e não presenciais bem como emissão de outros atos médicos consignados no protocolo com o Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira da Administração Regional de Saúde do Centro.

5. Candidaturas aprovadas em execução

No âmbito das candidaturas aprovadas, encontravam-se em execução, durante o ano 2018, os projetos que a seguir se discriminam:

PROJETO	PROGRAMA OPERACIONAL	TIPOLOGIA	OBJETIVOS	DATA CANDIDATURA	PERÍODO DO PROJETO	ORÇAMENTO TOTAL SOLICITADO	ORÇAMENTO TOTAL APROVADO
POCI-03-3560-FSE-000188	POCI	Formação-Ação para PME	Intensificar a formação dos empresários e gestores para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão.	04-03-2016	15-07-2016 a 18-07-2019	311 176.30€	305 237.76€
POCI-03-3560-FSE-000442			Qualificar colaboradores das empresas em temáticas relevantes para a estratégia de inovação, internacionalização e modernização das empresas.	03-06-2016	02-11-2016 a 02-05-2019	366 845.93€	199 942.82€
TOTAL EM EXECUÇÃO						678 022,23€	505 180,58€

Organização, Manutenção e atualização de Dossiers Técnico-Pedagógicos dos Projetos

Salienta-se a organização dos dossiers Técnico-Pedagógicos dos projetos executados pela AECBP, em que os regulamentos e contratos dos referidos programas, obrigam à existência de 1 dossier técnico-pedagógico por cada empresa participante nos respetivos Programas, obrigando a que estes estejam devidamente atualizados durante a execução dos programas, com toda a documentação inerente às intervenções efetuadas nas empresas, documentação de formandos e consultores/formadores, entre outros, de acordo com as exigências das respetivas entidades gestoras dos Projetos.

6. Pedidos de reembolso / adiantamentos efetuados

Relativamente aos custos associados aos diversos projetos e contabilizados em centros de custos próprios, foram elaborados, de acordo com a metodologia estipulada nos respetivos regulamentos específicos, os seguintes pedidos de reembolso:

PROJETOS	PEDIDO	DATA	MONTANTE APROVADO	PEDIDO REEMBOLSO	MONTANTE RECEBIDO
Programa Formação PME - POCI-03-3560-FSE-000442	2.º Adiantamento 15% (Orçamento Ano 2018)	11-01-2018	199.942,82 €		8.215,76 €
	Pedido de Reembolso Intermédio 2017	14-02-2018		7.402,24 €	0,00 €
	Pedido Reembolso 1/2018	09-03-2018		4.833,80 €	0,00 €
	Pedido Reembolso 2/2018	04-05-2018		1.464,19 €	433,16 €
	Pedido Reembolso 3/2018	04-07-2018		11.811,68 €	10.357,25 €
	Pedido Reembolso 4/2018	03-09-2018		6.784,79 €	6.106,31 €
	Pedido Reembolso 5/2018	23-11-2018		2.728,35 €	0,00 €
	3.º Adiantamento 2018				9.343,37 €
	Pedido Intermédio 2018	29-01-2019		507,92 €	0,00 €
Total			199.942,82 €	35.532,97 €	34.455,85 €
Dinamizar - POCI-03-3560-FSE-000188	2.º Adiantamento 15% (Orçamento Ano 2018)	15-01-2018	305.237,76 €		8.368,22 €
	Pedido de Reembolso Intermédio 2017 e PR 1/2018	10-05-2018		11.043,01 €	0,00 €
	Pedido Reembolso 2/2018	06-07-2018		20.862,39 €	7.263,17 €
	Pedido Reembolso 3/2018	04-09-2018		8.084,38 €	7.275,94 €
	Pedido Reembolso 4/2018	07-11-2018		8.461,91 €	7.615,72 €
	Pedido Intermédio 2018	29-01-2019		3.242,91 €	0,00 €
	Total				305.237,76 €
TOTAL			505.180,58 €	87.227,57 €	64.978,90 €

Organização, Manutenção e atualização de Dossiers Financeiros dos Projetos

A condição contabilístico-financeira relativa à criação, manutenção e atualização dos dossiers financeiros exigida nos regulamentos específicos dos projetos cofinanciados encontra-se devidamente assegurada. Deles fazem parte as fotocópias das despesas devidamente carimbadas incluídas em pedidos de reembolso, os balancetes e extratos centros de custo/rubrica, as tabelas de imputação, os contratos, as certidões de não dívida, as notificações de aprovações, os extratos contabilísticos e bancários e outros documentos relevantes para os respetivos projetos.

Organização, dos procedimentos de contratação pública

Salienta-se a preparação e organização dos procedimentos de contratação pública inerentes a cada projeto e respetiva manutenção e atualização dos dossiers com toda a documentação exigida.

7. Projetos de apoio a empresas

No âmbito empresarial, foram prestados os seguintes apoios:

- Prestação de serviços de apoio técnico e assessoria às empresas;
- Esclarecimentos nas áreas da Gestão, contabilidade, e fiscalidade;
- Esclarecimentos sobre apoios Comunitários e Nacionais (PORTUGAL 2020, Incentivos à Criação de Emprego)
- Submissão das declarações eletrónicas de alguns associados.

Os esclarecimentos foram dados pelos técnicos da Instituição, quer presencialmente, quer via telefone. Procedeu-se ainda à disponibilização de documentação e legislação aplicável à informação prestada.

8. Projetos de comunicação

A. Nova imagem corporativa

A nova imagem corporativa da Associação, moderna e comunicativa, assenta num rebranding que reflete as origens da Associação, numa homenagem ao seu quase um século de História. E que reflete também o seu compromisso com as empresas associadas e com o futuro, recuperando no logótipo a representatividade do Comércio, da Indústria, dos Serviços e do Turismo.

B. Desenvolvimento de novo Portal www.aecbp.pt

Desenvolvimento de nova imagem para o portal da AECBP com inserção de notícias, atualização da agenda e inserção de eventos e atividades realizadas pela AECBP.

C. Redes Sociais da Associação Empresarial

Manutenção do perfil do portal facebook – www.facebook.com/faceaecbp – onde se publicam notícias e temas de interesse empresarial e registo fotográfico das atividades realizadas pela

Associação Empresarial, bem como divulgação de iniciativas de índole empresarial, social e cultural. Em Outubro de 2018, aquando das eleições dos novos órgãos sociais, o número de gostos na página de Facebook era de 1212. A 31 de dezembro de 2018, a página já contabilizava 1607 gostos. Em menos de três meses, conseguiu-se um aumento de 395 seguidores.

D. Seminários e outras iniciativas

Sessão de Esclarecimentos para empresas/empresários sobre “Regulamento Geral de Proteção de Dados” – Uma parceria da AECBP com a SAGE.

Várias reuniões de trabalho com a Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão (ACICF) e as Câmaras Municipais da Covilhã, Belmonte, Penamacor e Fundão, sobre o projeto de Diretório Económico da Cova da Beira – DECOBE.

Participação nas reuniões de trabalho dos órgãos de gestão da GAL ADERES.

Participação em várias reuniões de trabalho com instituições parceiras e intervenientes a nível nacional, nomeadamente Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Associação Empresarial de Portugal (AEP) e Conselho Empresarial do Centro (CEC).

E. Iniciativas de Apoio ao Comércio Tradicional

a. Promoção e dinamização do comércio tradicional

- i. A AECBP em parceria com a autarquia local colaborou mais uma vez na promoção e dinamização do comércio tradicional do centro da Covilhã tendo informado e sensibilizado presencialmente e via telefone os estabelecimentos comerciais situados no centro da cidade.
- ii. A sensibilização consistiu na apresentação detalhada das atividades a desenvolver, entidades envolvidas, recursos necessários e timings a serem realizadas.

b. Atividades promovidas e desenvolvidas:

1) Campanha “O Comércio Tradicional dá prémios!” – Natal 2018

Com o objetivo de promoção e dinamização do comércio tradicional, a AECBP lançou a campanha “O Comércio Tradicional dá prémios”, de 4 de dezembro de 2018 a 5 de janeiro de 2019. A iniciativa, destinada aos consumidores, consistiu em sortear prémios para quem realizasse compras no período referido num dos estabelecimentos comerciais aderentes à campanha, através do preenchimento de um talão de rifa por cada compra. Quanto mais compras o consumidor efetuasse,

mais hipóteses teria de ganhar um dos três prémios sorteados, incentivando, desta forma, o aumento de consumo no comércio tradicional. Foram distribuídos 7500 talões de rifa pelos estabelecimentos, sendo que se procedeu ao preenchimento de 6324, correspondente ao número de talões de compras emitidos no período estabelecido. O sorteio dos vencedores realizou-se a 7 de janeiro de 2019, na sede da Associação. Prémios sorteados: 1º prémio - Mega Cabaz de Natal com produtos de A Tentadora, Nata Lisboa-Covilhã, Balcão Bar, Queijos Braz, Quinta dos Termos e Pérola Doce, com talão de compra na Perfumaria Bianca; 2º prémio - Sessão SPA JET no Hotel TRYP Covilhã Dona Maria, com talão de compra na Drogeria Moderna; 3º prémio - Dois almoços (menu executivo) no Restaurante Paço 100 Pressa, com talão de compra na Casa dos Presuntos do Zé do Sporting.

2) Concurso 'Montras de Natal com Arte' – Natal 2018

- i. Esta iniciativa foi organizada pelo Curso Profissional Técnico Comercial da ESCM - Escola Secundária Campos Melo em parceria com a AECBP e Município da Covilhã.
- ii. Os estabelecimentos aderentes à iniciativa apresentaram uma elevada criatividade com os mais diversos materiais utilizados sob o tema "Natal com Arte". Existiram montras elaboradas pelos próprios lojistas e outras elaboradas com a participação dos alunos e professores da ESCM.
- iii. O júri constituído para o referido concurso, contou com os representantes da AECBP, ESCM e Município da Covilhã.
- iv. As montras vencedoras, elaboradas pelos próprios, com prémios de participação atribuídos pelo Município da Covilhã, foram dos estabelecimentos: 1.º Classificado – Euroshop; 2.º Classificado- Ótica São Vicente; 3.º Classificado – Ótica Lince.
- v. As montras vencedoras, elaboradas pela ESCM, com prémios de participação atribuídos pela própria ESCM, foram dos estabelecimentos: 1.º Classificado – Florista Jardim, 2.º Classificado – Papelaria Nova Forma; 3.º Classificado – Ourivesaria Falcão.

3) Festival Gastronómico "Natal à Mesa" – Natal 2018

Esta iniciativa foi organizada pela AECBP em parceria com o Município da Covilhã e decorreu no âmbito das atividades do "Natal com Arte". Visou dinamizar a economia local e promover a gastronomia regional. No período em que decorreu o Festival Gastronómico (todos os fins de semana de dezembro) os restaurantes participantes, do concelho da Covilhã, apresentaram pratos de produtos alusivos à época, bacalhau, polvo, cabrito e peru. A esta iniciativa associou-se a emissão de cadernetas para os clientes poderem utilizar em cada restaurante participante

sendo a mesma carimbada para efeitos de habilitação de prémios atribuídos pelo Município da Covilhã.

4) Roteiro de Montras de Carnaval – Carnaval 2018

A iniciativa consistiu na disponibilização das montras dos estabelecimentos aderentes para colocação de figurinos com trajes carnavalescos, confeccionados pelo estilista covilhanense Paulo Runa, e adereços alusivos à neve. Foi criado um passaporte do cliente para ser carimbado nas passagens pelos estabelecimentos aderentes com direito a oferta de um kit carnaval “Kit Trapalhão” quando completamente carimbado.

5) Mostra Gastronómica de Carnaval – Carnaval 2018

- i. A AECBP encetou diligências junto dos restaurantes locais para organização de uma Mostra Gastronómica de Carnaval.
- ii. A iniciativa consistiu na confeção de pratos alusivos á época, cada restaurante criou um novo prato, à sua escolha, para disponibilizar na sua ementa durante o período definido. Foi efetuada a devida publicitação dos restaurantes aderentes e dos pratos confeccionados pelos mesmos.

F. Outras Parcerias com instituições

Colaboração com instituições de relevo cultural e desportivo, com a distribuição de brindes alusivos ao comércio tradicional.

9. Projetos de formação

Formação Financiada



POCI-03-3560-FSE-000442 | Formação Ação para PME

EB (Entidade Promotora): AECBP

OI (Organismo Intermédio): AEP – Associação Empresarial de Portugal

Período de Intervenção: Novembro 2016 – Maio 2019

Empresas de Consultoria e Formação: ASSEC Consultores

Empresas Beneficiárias por Temática e Dimensão

Dimensão	Temática Organização e Gestão		Temática Gestão Estratégica	
	Orçamento	Projeto	Orçamento	Projeto
Micro	4	3	10	10
Pequena	6	9	2	2
Média	2	0	0	0
TOTAL	12 Empresas	12 Empresas	12 Empresas	12 Empresas

Localização Geográfica das empresas

Região Centro – NUTS III	Micro	Pequena	Média	TOTAL
Beiras e Serra da Estrela	13	9	0	22
Cova da Beira	0	1	0	1
Serra da Estrela	0	1	0	1
TOTAL	13 Empresas	11 Empresas	0 Empresas	24 Empresas

Nota: Empresas pertencentes aos concelhos de Covilhã, Fundão, Guarda e Seia.

Execução Física Global do Projeto

	Candidatura	Aprovado	Execução ano 2018	Taxa de Execução
Temática: Organização e Gestão				
N.º Empresas	12	12	12	100%
N.º Horas Consultoria	1310	1310	477,5	36%
N.º Horas Formação	1025	925	25	3%
Volume Formação	10280	9730	1116,50	11%
Temática: Gestão Estratégica				
N.º Empresas	12	12	12	100%
N.º Horas Consultoria	600	600	242	40%
N.º Horas Formação	75	75	25	33%
Volume Formação	1500	1500	442	29%


POCI-03-3560-FSE-000188 Formação-Ação para PME
EB (Entidade Promotora): AECBP
OI (Organismo Intermédio): CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
Período de Intervenção: Julho 2016 – Julho 2019
Empresas de Consultoria e Formação: ASSEC Consultores
Empresas Beneficiárias por Temática e Dimensão

Dimensão	Temática Desempenho Organizacional e de Recursos Humanos		Temática Qualidade	
	Orçamento	Projeto	Orçamento	Projeto
Micro	8	3	9	4
Pequena	8	5	3	8
Média	0	0	0	0
TOTAL	16 Empresas	8 Empresas	12 Empresas	12 Empresas

Localização Geográfica das empresas

Região Centro – NUTS III	Micro	Pequena	Média	TOTAL
Beiras e Serra da Estrela	4	4	0	8
Beira Baixa	2	1	0	3
Baixo Vouga	4	1	0	5
Cova da Beira	1	4	0	5
Oeste	0	2	0	2
Serra da Estrela	0	1	0	1
TOTAL	11 Empresas	13 Empresas	0 Empresas	24 Empresas

Nota: Empresas pertencentes aos concelhos de Covilhã, Fundão, Belmonte, Guarda, Seia, Castelo Branco, Anadia, Águeda, Alcobaca e Vagos.

Execução Física Global do Projeto

	Candidatura	Aprovado	Execução ano 2018	Taxa de Execução
Temática: Desempenho Organizacional e de Recursos Humanos				
N.º Empresas	16	16	15	94%
N.º Horas Consultoria	1760	1760	599,5	34%
N.º Horas Formação	904	904	50	5%
Volume Formação	9904	9904	1311,5	13%
Temática: Qualidade				
N.º Empresas	12	12	12	100%
N.º Horas Consultoria	1260	1260	717,5	57%
N.º Horas Formação	438	438	0	0%
Volume Formação	6102	6102	1442,5	24%

Nota: A execução do Projeto DINAMIZAR teve início apenas no ano 2018.

10. Parcerias

As principais entidades com que a AECBP se relaciona quer seja através de protocolos ou parcerias, são: PT Comunicações; Universidade da Beira Interior (UBI); Conselho Empresarial do Centro (CEC); Associação Empresarial de Portugal (AEP); Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP); CESAE – Centro de Serviços de Apoio às Empresas; Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã S.A; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI); Ministério da Economia – Direção Regional do Centro; Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confecção e Lanifícios (MODATEX); Rede de Centros de Recursos em Conhecimento; Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE); CNS – Regiões – Companhia Nacional de Serviços; Câmara Municipal da Covilhã; Câmara Municipal de Belmonte; Câmara Municipal de Penamacor; Administração Regional de Saúde; Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco; Confederação do Comércio Português; RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural e Biblioteca Nacional, Banco de Recursos da Sertã, ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul, Associação Académica da Universidade da Beira Interior, Conselho Empresarial das Beiras e Serra da Estrela (CEBSE), SKILLS GYM – Centro de Competências do Porto, Beira Labor e EPABI.

A AECBP detém ainda protocolos de colaboração e parcerias institucionais com entidades escolares da Covilhã, nomeadamente Escola Secundária Campos Melo e Escola Secundária Frei Heitor Pinto, nas quais a AECBP tem participado ativamente nos Conselhos Escolares.

Desde de 2012 que vigora um protocolo de cooperação com a PT Empresas o qual oferece condições especiais para os associados da AECBP. “Qualquer que seja o ramo ou dimensão da sua empresa, a PT Empresas tem as melhores soluções integradas de comunicação de voz, internet e TV para a sua PME. Um conjunto de serviços criado e acompanhado por uma equipa de profissionais especializados, disponível através de um único interlocutor, a PT Empresas”.

11. Programa de benefício ao Associado

Em dezembro de 2018, procedeu-se à assinatura de uma série de protocolos de vários domínios, que vão integrar o novo Programa de Benefícios às Empresas Associadas, materializado num cartão de descontos, e que dará acesso a condições especiais em parceiros em áreas como Negócio, Banca, Seguros, Saúde, Publicidade e muito mais, com as seguintes entidades: Optiframa, E&D Knowledge Consulting, Aqui há Beira, Embaixada do Conhecimento, Óptica São Vicente, CC Ótica, Opticalia Covilhã, Repsol Covilhã, Mutualista Covilhanense, YLCE, SAPRODER, Rádio Cova da Beira, Jornal Fórum da Covilhã, Rádio da Covilhã, Ortolife, GarPneu, 2M Detalhe Automóvel.

12. Outros

A. CRC

O Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), no final do ano 2017, registou 550 utilizadores e tem no seu acervo bibliográfico diversas obras que se repartem em livros, publicações e material audiovisual de apoio ao ensino e à formação profissional. O CRC pertence à Rede de Centros de Recursos em Conhecimento, atualmente gerida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

B. Participação da AECBP em eventos e reuniões de trabalho

- Participação da AECBP na Feira do Emprego, Formação e Internacionalização “Olá Emprego! - Start in UBI”, iniciativa da AAUBI - Associação Académica da Beira Interior, UBI - Universidade da Beira Interior e IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional da Covilhã, que decorreu dias 13 e 14 de novembro de 2018, no Pavilhão da ANIL;
- Reuniões no Conselho Superior Associativo da Associação Empresarial de Portugal (AEP);
- Reuniões no Conselho Consultivo Externo da FCS – Faculdade das Ciências da Saúde, pertencente à UBI;
- Reuniões no Conselho Geral da Escola Campos Secundária Campos Melo;
- Reuniões do Conselho Consultivo do Conselho Empresarial do Centro (CEC), Conselho de Presidentes do CEC e Diretores gerais das Associações;
- Participação em fóruns empresariais, seminários, conferências e palestras de âmbito empresarial, social, cultural;
- Reuniões de trabalho com a Comissão Executiva da Direção e Direção da AECBP;
- Reuniões com as autarquias dos concelhos de abrangência da AECBP, nomeadamente, Câmaras Municipais da Covilhã, Belmonte e Penamacor;
- Reuniões de trabalho na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE).
- Reuniões de trabalho Com a PT Comunicações;
- Reuniões de trabalho com a CGD – Caixa Geral de Depósito, Novo Banco e Santander Totta e Montepio;
- Reuniões de trabalho com empresas associadas, outras empresas para apresentação de produtos e serviços;
- Reuniões de trabalho com empresários da região para discussão de assuntos relacionados com a atividade empresarial e desenvolvimento da região;
- Entrevistas para a Rádio Cova da Beira, Rádio Clube da Covilhã, Jornal do Fundão, Jornal Notícias Covilhã, Fórum Covilhã;
- Reuniões com instituições, tais como, Universidade da Beira Interior (UBI), Centro Hospitalar Cova da Beira, Associação Académica da Universidade da Beira Interior, ADERES
- Reuniões com empresas de variados ramos de atividade para apresentação de serviços e eventuais parcerias;
- Participação em cerimoniais oficiais, inaugurações e outros eventos de cariz social e cultural;



- Participação em Assembleias-gerais (Associação de Desenvolvimento Rural Estrela SUL (ADERES), CEC, CCP, CESAE, Instituto Parkurbis e Turismo do Centro de Portugal);
- Participação nas celebrações do dia da Universidade da Beira Interior e do Centro Hospitalar Cova da Beira;
- Participação no Workshop Inovação Social – Capacitação, promovido pela Câmara Municipal da Covilhã.



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



13. Contas de Gerência 2018

Apresentação das Demonstrações Financeiras (DF) da Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor (AECBP) Exercício Económico de 2018

1. Objetivos das Demonstrações Financeiras (DF)

As Demonstrações Financeiras têm como principais objetivos proporcionar informação a todos os utentes interessados na mesma, relativamente:

a) à Posição Financeira da AECBP	BALANÇO e DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA;
b) ao Desempenho da AECBP	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS;
c) às Alterações na Posição Financeira	COMPARAÇÃO de BALANÇOS.

Demonstrações Financeiras da AECBP

2. – O BALANÇO

(Euros)

RÚBRICAS	Notas	Períodos		Var. 18-17
		31/12/2018	31/12/2017	
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos Fixos Tangíveis	6.1	435 000,00 €	109 487,65 €	325 512,35 €
Investimentos Financeiros	6.2	9 585,80 €	14 585,80 €	-5 000,00 €
		444 585,80 €	124 073,45 €	320 512,35 €
Activo corrente				
Inventários	6.3	0,00 €	256,87 €	-256,87 €
Clientes	6.4	2 415,73 €	0,00 €	2 415,73 €
Outras contas a Receber	6.6	271 583,93 €	402 382,26 €	-130 798,33 €
Diferimentos	6.7	155,95 €	155,95 €	0,00 €
Caixa e Depósitos Bancários	6.8	2 850,24 €	4 328,21 €	-1 477,97 €
		277 005,85 €	407 123,29 €	-130 117,44 €
TOTAL DO ACTIVO		721 591,65 €	531 196,74 €	190 394,91 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos	6.9	55 556,71 €	55 556,71 €	0,00 €
Ajustamentos em Ativos	6.9	24 694,42 €	24 694,42 €	0,00 €
Resultados Transitados	6.9	-268 430,51 €	-229 499,13 €	-38 931,38 €
Excedentes de Revalorização	6.9	366 684,50 €	39 566,42 €	327 118,08 €
Outras Variações nos Fundos Próprios	6.9	49 879,79 €	49 879,79 €	0,00 €
		228 384,91 €	-59 801,79 €	288 186,70 €
Resultado Líquido do Período	6.9	422,04 €	-14 343,50 €	14 765,54 €
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	6.9	228 806,95 €	-74 145,29 €	302 952,24 €
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Outras contas a pagar	6.12 e 6.13	145 404,49 €	174 571,18 €	-29 166,69 €
		145 404,49 €	174 571,18 €	-29 166,69 €
Passivo corrente				
Fornecedores	6.10	56 945,24 €	22 686,55 €	34 258,69 €
Estado e Outros Entes Públicos	6.11	4 466,57 €	6 500,98 €	-2 034,41 €
Financiamentos Obtidos	6.12	29 166,69 €	29 382,68 €	-215,99 €
Outras Contas a pagar	6.13 e 6.14	26 640,16 €	24 686,10 €	1 954,06 €
Diferimentos	6.15	230 161,55 €	347 514,54 €	-117 352,99 €
		347 380,21 €	430 770,85 €	-83 390,64 €
TOTAL DO PASSIVO		492 784,70 €	605 342,03 €	-112 557,33 €
TOTAL F. PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		721 591,65 €	531 196,74 €	190 394,91 €

A DIREÇÃO

Contabilista Certificado

3. – A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(EUROS)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
Vendas e Serviços Prestados	7.1	33 028,55 €	30 345,76 €
Subsídios à exploração	7.2	45 333,33 €	6 666,67 €
Custo das merc. vendidas matérias cons ^{as}	7.3	-1 876,72 €	-1 290,76 €
Fornecimentos e serviços externos	7.4	-89 074,85 €	-22 699,77 €
Gastos com o pessoal	7.5	-43 171,84 €	-51 754,92 €
Imparidade de dívidas a receber e de Investimentos Financeiros	7.6	-77 473,10 €	0,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	7.7	147 601,40 €	34 856,67 €
Outros Gastos e Perdas	7.8	-3 717,02 €	-3 632,99 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10 649,75 €	-7 509,34 €
Gastos /Reversões depreciação e amortização	6.1	-1 605,73 €	0,00 €
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 044,02 €	-7 509,34 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e Gastos Similares Suportados	7.9	-8 621,98 €	-6 834,16 €
Resultados antes de impostos		422,04 €	-14 343,50 €
Imposto sobre rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do Período		422,04 €	-14 343,50 €

A DIREÇÃO

Contabilista Certificado

3.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Quotas e Jóias		Livros de Reclamação		Formação Financiada		Outros Serviços		Totalizador
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Vendas e Serviços Prestados	7.1	24 224,65 €	26 558,50 €	2 382,20 €	1 620,26 €	0,00 €	0,00 €	6 421,70 €	8 833,67 €	33 028,55 €
Custo da Mercadoria Vendida	7.3	0,00 €	0,00 €	-1 876,72 €	-1 290,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 876,72 €
Resultado Bruto		24 224,65 €	26 558,50 €	505,48 €	329,50 €	0,00 €	0,00 €	6 421,70 €	8 833,67 €	31 151,83 €
Outros rendimentos Operacionais	7.2 e 7.7	7 250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	140 351,40 €	34 783,84 €	45 333,33 €	72,86 €	192 934,73 €
Gastos Administrativos	7.4 e 7.5	0,00 €	-20 701,97 €	0,00 €	-3 622,84 €	-132 246,69 €	-21 198,72 €	0,00 €	-6 231,38 €	-132 246,69 €
Outros Gastos Operacionais e Imparidades	7.6 e 7.8	-5 056,61 €	-10 533,10 €	-266,14 €	-1 843,29 €	-77 473,10 €	-10 785,85 €	0,00 €	-3 170,51 €	-82 795,85 €
Resultado Operacional		26 418,04 €	-4 676,57 €	239,34 €	-5 136,64 €	#####	2 799,26 €	51 755,03 €	-495,37 €	9 044,02 €
Rendimentos de Financiamento		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos de Financiamento	7.9	-517,27 €	-2 733,66 €	0,00 €	-478,39 €	-8 104,71 €	-2 799,26 €	0,00 €	-822,84 €	-8 621,98 €
Resultados Antes de Impostos		25 900,77 €	-7 410,24 €	239,34 €	-5 615,03 €	-77 473,10 €	0,00 €	51 755,03 €	-1 318,21 €	422,04 €
Imposto sobre o resultado do período		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido do Período		25 900,77 €	-7 410,24 €	239,34 €	-5 615,03 €	-77 473,10 €	0,00 €	51 755,03 €	-1 318,21 €	422,04 €

A Direcção

Contabilista Certificado

3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N-1 (2017)

(Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais									Interesses minoritários	Total de Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1 (2017)	1	55 556,71 €	0,00 €	0,00 €	-172 526,43 €	24 694,42 €	39 566,42 €	49 879,79 €	-56 972,70 €	-59 801,79 €		-59 801,79 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas e erros de períodos anteriores												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-56 972,70 €				56 972,70 €	0,00 €		0,00 €
	2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-56 972,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	56 972,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								-14 343,50 €	-14 343,50 €		-14 343,50 €
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1 (2017)	6=1+2+3+5	55 556,71 €	0,00 €	0,00 €	-229 499,13 €	24 694,42 €	39 566,42 €	49 879,79 €	-14 343,50 €	-74 145,29 €	0,00 €	-74 145,29 €

A Direção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N (2018)

(Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais									Interesses minoritários	Total de Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (2018)	6	55 556,71 €	0,00 €	0,00 €	-229 499,13 €	24 694,42 €	39 566,42 €	49 879,79 €	-14 343,50 €	-74 145,29 €	0,00 €	-74 145,29 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							327 118,08 €					327 118,08 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos									14 343,50 €	-24 587,88 €		-24 587,88 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	4.5				-38 931,38 €							
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-38 931,38 €	0,00 €	327 118,08 €	0,00 €	14 343,50 €	-24 587,88 €	0,00 €	302 530,20 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								422,04 €	422,04 €		422,04 €
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								0,00 €	0,00 €	0,00 €	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (2018)	6+7+8+10	55 556,71 €	0,00 €	0,00 €	-268 430,51 €	24 694,42 €	366 684,50 €	49 879,79 €	422,04 €	-73 723,25 €	0,00 €	228 806,95 €

A Direção

Contabilista Certificado

3.3 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (Método Direto)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de associados e clientes	7.1	29 480,00	30 529,76
Recebimento de Subsídios Camarários e Compete 2020	7.2	89 312,23	49 568,89
Pagamento a fornecedores	7.4;6.10	(58 663,75)	(19 226,89)
Pagamentos ao pessoal	7.5	(31 644,99)	(28 253,81)
Caixa gerada pelas operações		28 483,49	32 617,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos	6.11;6.13	(17 036,80)	(13 297,61)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		11 446,69	19 320,34
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Outros Ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
<i>Outras operações de financiamento (CESPRESA)</i>			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(6 608,98)	(22 218,33)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4 837,71	(2 897,99)
Caixa e seus equivalentes no início do período		(1 987,47)	910,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 850,24	(1 987,47)

A DIRECÇÃO

Contabilista Certificado

ANEXO às Demonstrações Financeiras da AECBP referentes ao Exercício Económico de 2018

Nota introdutória

A Direção entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AECBP, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor (AECBP) é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos e de utilidade pública, possuidora do número de identificação de pessoa coletiva 501352309, sediada no concelho da Covilhã no Largo da Sr.^a do Rosário, n.º 7.

2. Referencial Contabilístico de Preparação Das Demonstrações Financeiras

2.1. - Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 09 de Março que aprovou o Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

2.2 - Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

No exercício económico de 2011 adotou-se pela primeira vez a Norma Contabilística e de Relato Financeira para Entidades do Sector Não Lucrativo, resultando em alterações prospetivas das políticas contabilísticas na preparação das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da AECBP, mantidos de acordo com as disposições legais previstas na portaria nº 986/2009 de 7 de Setembro, com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovada pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e adaptadas à Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Sempre que a presente Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à AECBP em matéria de contabilização ou de relato financeiro de determinada situação relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que de forma apropriada e verdadeira traduza a posição financeira num determinado momento recorre-se supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

A elaboração do Balanço de abertura implicou o reconhecimento e mensuração, dos itens do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais segundo os critérios aplicáveis a cada elemento patrimonial previstos pela NCRF-ESNL.

Os procedimentos de reconhecimento e de mensuração referem-se ao registo e valorização das rubricas de Balanço por força da aplicação das referidas Normas, seja por utilização do incluído no regime de caixa em utilização, seja por recurso à evidência física e/ou documental existente na entidade à data.

2.3. – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC, quer pelo diploma que regula as ESNL.

2.4. – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Tendo em conta que foram aplicadas as mesmas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras dos exercícios económicos de 2017 e 2018, não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Contudo procedeu-se à reavaliação dos imóveis da AECBP avaliados em 435.000 €, sendo o edifício sede reavaliado em 260.000 € e o terreno Lote A em 175.000 €.

3. Pressupostos subjacentes às DF

3.1. – Regime do Acréscimo

Os efeitos das operações foram reconhecidos nos períodos em que ocorreram, sendo registados nas DF dos períodos respetivos e não quando ocorrem recebimentos e pagamentos.

3.2. – Continuidade

Pressupõe-se, na preparação das DF, que a AECBP opera em continuidade no presente e futuro previsível, não se prevendo qualquer redução drástica ao nível do volume das operações, nem interrupções súbitas, prolongadas, ou irreversíveis na sua atividade operacional

3.3– Características Qualitativas das DF

3.3.1 - Compreensibilidade

A preparação das DF teve como base a necessidade de prestar informação rapidamente apreendida pelos interessados – compreensível.

3.3.2 - Relevância

A materialidade é uma característica que afeta a relevância da informação, esta além de estar associada à natureza das informações dadas, está muito dependente da materialidade, isto é, o princípio da materialidade postula que toda informação financeira que seja suscetível de influenciar a decisão dos utentes deverá ser sempre avaliada considerando o rácio custo-benefício quanto à produção de tais informações. Ou seja, à luz do princípio da materialidade, é material o procedimento ou valor que, evidenciado, omitido ou distorcido, pode alterar o fundamento do juízo que o utente faça sobre o valor da entidade e suas tendências, considerando os montantes

envolvidos tendo por base a própria demonstração financeira, portanto que afete a qualidade da informação.

Assim, eventuais erros de valores contabilísticos inexpressivos considerando o todo, o princípio da materialidade não obriga a nenhuma reserva ou ênfase.

No entanto, a qualidade da informação não se obriga apenas ao princípio da materialidade, mas também da relevância, que embora possam ser iguais não tem exatamente o mesmo alcance, já que o princípio da relevância caracteriza-se pela natureza da qualidade da informação financeira capaz de influenciar o tomador da decisão/avaliação e o princípio da materialidade, como já vimos, depende da dimensão do valor da mesma em face do todo.

Como tal, embora raro, uma informação pode ser considerada relevante e ao mesmo tempo imaterial.

Em todo o caso, na preparação das DF da AECBP não foram identificados erros, que tenham sido criados com a intenção de alterar a perceção da apresentação da posição financeira ou cash-flows de mesma e sua tendência. Se descobertos no período, deverão ser corrigidos antes das DF serem autorizadas para emissão, se em período posterior, então, os erros, deverão ser corrigidos na informação comparativa apresentada nas DF desse período posterior.

3.3.3 - Fiabilidade

Na preparação das DF seguiu-se o princípio da fiabilidade que visa isentar as mesmas de erros, lacunas, imprecisões, preconceitos que afetem a correta informação aos utentes interessados. Pretende-se com este princípio que as DF sejam dignas de confiança.

3.3.4 – Representação Fidedigna

As DF da AECBP representam com fidelidade todos os acontecimentos e situações que afetam a composição e valor dos Ativos, Passivos e Fundos Patrimoniais.

3.3.5 – Substância sobre a Forma

As operações e acontecimentos foram tratados e apresentados nas DF de acordo com a substância e realidade económica que constituem para a AECBP e não apenas perante a forma legal que assumem.

3.3.6 – Neutralidade e Prudência

Na preparação das DF teve-se, também, como princípios, a neutralidade, de forma a tornar a informação fiável e a prudência, quanto ao grau de precaução no exercício dos juízos necessários à elaboração de estimativas ligadas à possibilidade de perdas associadas com diminuições de Ativos ou aumentos de Passivos.

3.3.7 – Plenitude ou Integralidade

Os responsáveis pela gestão da AECBP concederam e colocaram todas as informações materialmente relevantes ao dispor dos técnicos administrativos e Contabilista Certificado de forma a tornar as DF completas.

3.3.8 – Comparabilidade

As DF da AECBP permitem o estabelecimento de tendências de evolução ou de comportamento, no tempo e no espaço, para a própria Associação e outras entidades. Na explicitação de cada rubrica das DF iremos apresentar qual a base particular de valorização (Mensuração) e princípios contabilísticos tidos em conta para a apresentação das mesmas.

4. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da AECBP, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicado às ESNL.

As presentes demonstrações financeiras estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades. O reconhecimento, a mensuração, a divulgação e aspetos particulares de apresentação de transações específicas e outros acontecimentos foram também considerados.

As demonstrações financeiras destinam-se a satisfazer as necessidades de informação por parte dos associados e utentes tendo por objetivo proporcionar informação acerca da posição financeira, desempenho financeiro, a afetação dos recursos e dos resultados alcançados pela AECBP.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, correspondendo aqui este conceito à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade da entidade cumprir os fins propostos.

4.2 Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis, exceto o edifício, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e imparidades acumuladas.

O edifício encontra-se registados ao “custo considerado”, o qual reflete uma reavaliação realizada no ano de 2018, deduzido das depreciações e imparidades acumuladas. A reavaliação dos imóveis da AECBP resultou numa avaliação final de 435.000 €, sendo o edifício sede reavaliado em 260.000 € e o terreno Lote A em 175.000 €.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	N.º de Anos
Edifícios	100 anos
Equipamento	4 a 10 anos
Equipamento de	4 a 10 anos
Equipamento	3 a 10 anos
Outros Ativos Fixos	4 a 6 anos
Programas de	3 a 6 anos

As depreciações têm sido calculadas ao longo da vida útil decorrida, sobre o valor de custo, a taxas variáveis dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal em vigor.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gasto no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações e imparidades acumuladas (escriturada do ativo) e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da AECBP com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

4.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a AECBP se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, refletindo as mesmas o valor realizável líquido.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

4.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito relacionado com as quotas dos associados é reconhecido quando as mesmas são recebidas.

4.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados pressupostos que afetem as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo

previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e de contas a receber;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (inventários e clientes);
- d) Evolução de processos em contencioso.

4.8 Imposto sobre o rendimento

A AECBP não reconhece impostos diferidos, dado que é uma entidade enquadrada no artigo 10º do código do IRC. Dado o carácter residual da atividade comercial que desenvolve, a tributação em geral corresponde em grande parte apenas à tributação autónoma.

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com o rendimento global, associado à atividade comercial, tendo em conta a legislação em vigor aplicável.

4.9 Provisões

Não foram registadas quaisquer provisões, contudo, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado, criando-se para o efeito uma provisão.

4.10 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídio de férias e de Natal, subsídio de alimentação e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção da AECBP.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e tendo em conta o princípio de especialização dos exercícios.

4.12 Especialização de exercícios

A Associação regista os rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.13 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do referido mapa financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e correções de erros

A preparação das demonstrações financeiras exige que a AECBP efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de ganhos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data do balanço. Estas estimativas são baseadas na melhor informação e conhecimento que a AECBP tem, todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos estimados. A 31 de dezembro de 2018 não existem situações que afetem ou coloquem incertezas materialmente relevantes nas estimativas efetuadas nas demonstrações financeiras apresentadas.

6. Informação Desagregada dos Itens das demonstrações Financeiras – o balanço

6.1 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram movimentos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, além da reavaliação dos imóveis da AECBP realizadas em finais de 2018. Também, não se registaram quaisquer imparidades dos ativos fixos tangíveis da AECBP no referido exercício económico. O Balanço representa o valor líquido dos ativos tangíveis e intangíveis a 31 de dezembro de 2018.

Exercício económico 2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	50 373,35	80 286,62	95 661,89	-	73 190,75	1 567,89	7 597,02	308 677,52
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de AFT em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>50 373,35</u>	<u>80 286,62</u>	<u>95 661,89</u>	<u>-</u>	<u>73 190,75</u>	<u>1 567,89</u>	<u>7 597,02</u>	<u>308 677,52</u>
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial	-	28 769,34	95 661,89	-	73 190,75	1 567,89	-	199 189,87
Depreciações do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>28 769,34</u>	<u>95 661,89</u>	<u>-</u>	<u>73 190,75</u>	<u>1 567,89</u>	<u>-</u>	<u>199 189,87</u>
Activos líquidos	<u>50 373,35</u>	<u>51 517,28</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7 597,02</u>	<u>109 487,65</u>

Exercício económico 2018

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	50 373,35	80 286,62	95 661,89	-	73 190,75	1 567,89	7 597,02	308 677,52
Reavaliação de Imóveis	14 626,65	145 088,45	-	-	-	-	167 402,98	327 118,08
Saldo final	<u>65 000,00</u>	<u>225 375,07</u>	<u>95 661,89</u>	<u>-</u>	<u>73 190,75</u>	<u>1 567,89</u>	<u>175 000,00</u>	<u>635 795,60</u>
Amortizações acumuladas								
Saldo inicial	-	28 769,34	95 661,89	-	73 190,75	1 567,89	-	199 189,87
Amortizações do exercício	-	1 605,73	-	-	-	-	-	1 605,73
Saldo final	<u>-</u>	<u>30 375,07</u>	<u>95 661,89</u>	<u>-</u>	<u>73 190,75</u>	<u>1 567,89</u>	<u>-</u>	<u>200 795,60</u>
Activos líquidos	<u>65 000,00</u>	<u>195 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>175 000,00</u>	<u>435 000,00</u>

6.2 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros, especificamente as participações nas empresas CESAE e PARKURBIS, encontram-se registados pelo método do custo. O investimento financeiro inerente à constituição, em 2003, da Sociedade por quotas CESPRESA, Unipessoal, Lda, da qual a AECBP é a única sócia, foi criada uma imparidade pelo seu valor total, ou seja, 5.000 € refletindo a atual situação de insolvência técnica da empresa participada. O método do custo reconhece apenas no valor da participação, a quota parte correspondente à distribuição de dividendos, por contrapartida de resultados. No presente exercício económico, não existiu qualquer distribuição de dividendos por parte das referidas empresas.

6.3 Inventários

A AECBP comercializa livros de reclamação junto dos seus associados facilitando a sua aquisição, por norma a quando do início de atividade dos mesmos. Os referidos livros de reclamação estão valorizados ao custo histórico (preço de aquisição). À data de 31 de dezembro de 2018 não existiam existências.

6.4 Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cientes, conta corrente	2 415,73	-
	<u>2 415,73</u>	<u>-</u>

A AECBP analisa à data de cada balanço se existem evidências de um ativo ou um grupo de ativos se encontram em imparidade. Ao existirem imparidades registadas na rubrica “clientes” correspondem à parte das respetivas dívidas não cobertas por seguro de crédito ou garantias reais.

As imparidades para créditos de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

6.5 Estado e outros entes públicos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 o Estado e Outros Entes Públicos não tinham em dívida para com a AECBP qualquer valor.

6.6 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

CONTAS A RECEBER	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	Montante Bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante Bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Câmara Municipal da Covilhã	8 000,00 €	0,00 €	8 000,00 €	10 333,33 €	0,00 €	10 333,33 €
Programa Compete 2020	263 583,93 €	0,00 €	263 583,93 €	328 562,83 €	0,00 €	328 562,83 €
Cespresa, Lda	72 473,10 €	-72 473,10 €	144 946,20 €	63 486,10 €	0,00 €	63 486,10 €
	<u>344 057,03 €</u>	<u>-72 473,10 €</u>	<u>416 530,13 €</u>	<u>402 382,26 €</u>	<u>0,00 €</u>	<u>402 382,26 €</u>

O valor a receber no âmbito do Programa Compete 2020 depende da execução do mesmo junto das empresas participantes e da apresentação de gastos relacionados com o desenvolvimento do referido programa, tendo a AECBP a figura de intermediária entre as empresas envolvidas na formação/consultoria e as Entidades promotoras do referido Programa Compete 2020. Procedeu-se à criação de uma imparidade por de valores a receber relativamente aos empréstimos efetuados pela AECBP à sua participada em 100%, CESPRESA, dado que a mesma se encontra em situação de insolvência técnica e sem capacidade de solver os seus compromissos financeiros.

6.7 Diferimento de Gastos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Seguros	155,95	155,95
	<u>155,95</u>	<u>155,95</u>

6.8 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, os saldos desta rubrica eram os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	427,63	86,81
Depósitos bancários c/c	2 422,61	(2 074,28)
	<u>2 850,24</u>	<u>(1 987,47)</u>
Outros Depósitos Bancários	-	-
	<u>2 850,24</u>	<u>(1 987,47)</u>

6.9 Fundos Patrimoniais

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos fundos patrimoniais, nos exercícios económicos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 estão apresentados no ponto 1.4 - Demonstração de Variações de Fundos Patrimoniais. As variações verificadas no exercício económico de 2018 dizem respeito à incorporação de resultados negativos do período anterior e de correções de estimativas de outros rendimentos relacionados com o Compete 2020, considerados em 2017 e faturados às empresas participantes apenas em 2018, pelo que se procedeu à anulação da duplicação do referido rendimento. Também estão consideradas reavaliações dos imóveis da AECBP que foram avaliados em 435.000 €, conforme relatório em anexo.

6.10 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores, conta corrente	56 945,24	22 685,55
	<u>56 945,24</u>	<u>22 685,55</u>

As dívidas de valor mais significativo em 2018 dizem respeito às seguintes entidades, ASSEC, CEC – Camara do Comércio e Indústria do Centro e CCP – Confederação de Comércio e Serviços de Portugal,

respetivamente, nos valores de, 35.291,26 €, 13.643 € e 5.291 €. As restantes dívidas são contas correntes que se encontram dentro dos prazos normais de pagamento.

6.11 Estado e outros entes públicos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	Passivo	
	2018	2017
IRS a pagar retido a terceiros	456,00	497,00
IVA a Pagar	115,10	-
Segurança Social a pagar/FCT	3 895,47	6 003,98
	4 466,57	6 500,98

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da AECBP dos exercícios económicos de 2014 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos. A Direção da AECBP considera que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

De referir que existem dívidas em mora relativamente à rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente, no que respeita a contribuições para a segurança social. No entanto, existem acordos de pagamento com a referida entidade de forma a regularizar a referida dívida.

6.12 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição:

Entidade financiadora	Limite	2018		2017			
		Montante utilizado		Montante utilizado			
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
Instituições Financeiras:							
Empréstimos Bancários:							
CAIXA GERAL DEPOSITO	CGD	173 067,00 €	23 067,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	29 166,69 €	120 833,31 €
Total		173 067,00 €	23 067,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	29 166,69 €	120 833,31 €

A rubrica de empréstimos obtidos visa o financiamento dos gastos/despesas incorridas no âmbito dos projetos de formação financiados pelo POPH. Os gastos com os empréstimos obtidos foram considerados no corrente período.

6.13 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Outras Contas a Pagar	2018	2017
CESAE (não corrente)	24 571,18	24 571,18
Renda do Centro de Formação	1 050,00	1 050,00
Dívidas ao Pessoal	12 887,16	15 019,83
Outros Credores (sócios)	8 495,50	3 495,50
	47 003,84	44 136,51

De salientar a rubrica de dívidas ao pessoal dado em 31 de dezembro de 2018 registam-se dívidas no valor de 12.887.16 €, resultantes de salários em atraso e de indemnizações ao pessoal em resultado de revogação de contratos de trabalho por justa causa.

6.14 Credores por Acréscimos de Gastos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica de “Acréscimos de Gastos” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Acréscimo de Remunerações e Encargos S Social	4 207,50	5 120,77
	4 207,50	5 120,77

6.15 Diferimento de Rendimentos

A rubrica de diferimentos de rendimentos diz respeito aos programas de formação e consultoria Dinamizar e Formação PME que estão a ser desenvolvidos pela AECBP, estando, portanto em fase de execução.

	2018	2017
Compete 2020 (Dinamizar e Formação PME)	230 161,55	347 514,54
	230 161,55	347 514,54

7. Informação Desagregada dos Itens das Demonstrações Financeiras – a demonstração de resultados

7.1 Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e as prestações de serviços reconhecidos em 2017 e 2018 são detalhados como se segue:

Rendimentos	2018	2017
Livros de Reclamações e Outros	2 382,20	1 620,26
Recebimento de Quotas	24 224,65	26 558,50
Outros Rendimentos	6 421,70	2 167,00
Total	33 028,55	30 345,76

7.2 Subsídios à Exploração

A rubrica de “Subsídios a Exploração” nos exercícios findos em 2017 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Subsídios à Exploração	2018	2017
Subsídios Camarários	45 333,33	6 666,67
Total	45 333,33	0,00

Os Subsídios no âmbito do Compete 2020 não implicam qualquer contrapartida financeira para a entidade, sendo esta, apenas a entidade que promove a formação para os seus associados e outras empresas (entidades destinatárias do financiamento), ou seja, assumindo apenas um papel de intermediária financeira e de gestão dos projetos promovidos no âmbito do POPH, não sendo o seu financiamento considerado subsídio da AECBP mas sim das entidades participantes (as empresas).

7.3 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas nos exercícios findos em 2017 e 2018 é detalhada conforme se segue:

CMVMC	2018	2017
Saldo inicial	256,87	256,87
Compras	1 619,85	1 290,76
Saldo final	-	256,87
Totalizador	1 876,72	1 290,76

7.4 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 2017 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Fornecimento e Serviços Externos	2018	2017
Serviços Especializados	79 591,29	11 369,85
Materiais Diversos (Mat. Escritório, Limpeza ...)	426,50	609,96
Energia e Fluidos (Electricidade, Água ...)	2 040,42	3 354,94
Serviços Diversos (Comunicação, Rendas,...)	7 016,64	7 365,02
Total	89 074,85	22 699,77

A rubrica de serviços especializados diz respeito, essencialmente, a despesas de consultoria e formação referentes à execução dos Programas Dinamizar e Formação PME.

7.5 Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 2017 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Gastos com o Pessoal	2018	2017
Remunerações do Pessoal	34 293,19	32 942,17
Encargos sobre remunerações	8 079,77	6 999,25
Seguros de acidentes no trabalho	785,88	954,53
Outros gastos com o pessoal	13,00	10 858,97
Total	43 171,84	51 754,92

7.6 Imparidades de dividas a receber e de Investimentos Financeiros

Procedeu-se à criação de uma imparidade por de valores a receber e do valor do investimento financeiro relativamente aos empréstimos efetuados pela AECBP à sua participada em 100%, CESPRESA, dado que a mesma se encontra em situação de insolvência técnica e sem capacidade de solver os seus compromissos financeiros.

7.7 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” nos exercícios findos em 2017 e 2018 apresentavam os seguintes valores:

Outros Rendimentos e Ganhos	2018	2017
Compete 2020 (Dinamizar e FPME)	140 351,40	34 783,84
Outros Rendimentos (Donativos)	7 250,00	72,83
Total	147 601,40	34 856,67

7.8 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” nos exercícios findos em 2017 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Outros Gastos e Perdas	2018	2017
Impostos Directos e Indirectos	307,81	510,00
Outros Gastos (Quotizações, Multas e Juros Mora)	3 409,21	3 122,99
Total	3 717,02	3 632,99

7.9 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 2017 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Gastos de Financiamento	2018	2017
Juros e gastos de financiamento	8 621,98	6 834,16
Total	8 621,98	6 834,16

8. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do Art.66º do Código das Sociedades Comerciais.

9. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a AECBP apresenta dívidas ao Estado em situação de mora conforme discriminado no ponto 6.11. As mesmas respeitam a contribuições para a segurança social, os valores em causa constam de um plano prestacional em acordo com a referida entidade.

Covilhã, 14 de março de 2019.

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Proposta da Direção para afetação dos Resultados Líquidos de 2018.

Finda a apresentação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2018, a Direção da AECBP propõe transferir para resultados transitados o resultado líquido positivo no montante de 422, 04 €.

Covilhã, 14 de março de 2019.

A DIREÇÃO

